



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: MILTON LEITE**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16/10/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 15ª Audiência Pública do ano de 2014, primeira Audiência Pública Geral do PL 467/14, do orçamento de 2015.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pela internet, no portal da Câmara – [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), *links* TV Câmara, Auditórios On-Line.

A transcrição desta audiência pública estará disponível ao público em geral no portal da Câmara – [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), *link* Audiências Públicas, Registros por Escrito.

Foram convidados a participar desta Audiência Pública o Sr. Marcos Barros Cruz, que mandou seu Secretário Adjunto, e a Dra. Leda Paulani, Secretária Municipal de Planejamento, que se faz presente.

Convidado o Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, órgão de auxílio desta Casa, que indicou a Sra. Maria Bernaderi Massabaki Lomunako, sem embargo, a representante do Tribunal se encontra presente. (Pausa) A representante do Tribunal de Contas está presente.

Informo que as inscrições de pronunciamento que cabe e assiste de direito no egrégio plenário desta Casa poderão ser feitas junto à Assessoria à direita. A Assessoria receberá inscrições daqueles que desejam formular questões.

Registro, de plano, as presenças dos Vereadores Ricardo Nunes, Relator da Peça Orçamentária de 2015; Adilson Amadeu; Aurélio Nomura e Paulo Fiorilo, todos membros desta Comissão; Dalton Silvano; Rubens Calvo e Natalini.

Quero esclarecer para os Srs. Parlamentares e aqueles que assistem à esta reunião que, por requerimento, na forma do artigo 155, do Regimento desta Casa, a sessão ordinária do dia 16 de outubro, quinta-feira, foi desconvocada com as 28 assinaturas, portanto, não haverá sessão plenária, a fim de que nos permita realizar a Audiência Pública da Peça Orçamentária.

De imediato, passo a palavra à Secretária Leda, que fará um breve relato da Peça

Orçamentária. Em seguida, passaremos a um primeiro debate com os Srs. Vereadores, sendo o passo seguinte o uso da palavra pelos inscritos, lembrando sempre que cada inscrito terá que além das manifestações que são feitas ao microfone, seria aconselhável que todas as sugestões para alterar ou que possam, de alguma maneira, contribuir com a Peça Orçamentária fossem encaminhadas, por escrito, à Comissão.

Explico o porque: as pessoas vêm aqui, discursam ao microfone e se esquecem de encaminhar. Por mais que possamos fazer a leitura do que foi dito, é muito melhor apresentar uma proposta bem clara, protocolada junto à Comissão, para que o Relator e os membros da Comissão possam apreciar a sugestão de alteração, acolhida ou não, da Peça Orçamentária.

Assim, insisto: ao fazer uso do microfone, sempre que possível, aconselho - porque será de melhor proveito – a enviarem os encaminhamentos por escrito.

Além desta Comissão, podemos encaminhar ao Governo aquilo que recebemos de contribuições que possam ser apreciadas *a posteriori*.

Tem a palavra a Sra. Secretária Leda Paulani, por um tempo breve, mas de maneira que permita um bom esclarecimento da Peça Orçamentária. Tem V.Sa. a palavra.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Boa tarde a todos.

Obrigada, Vereador.

Vou fazer uma apresentação muito breve da Peça Orçamentária.

- Orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Aqui temos uma menção aos principais destaques que nós, da Secretaria do Planejamento, consideramos importante fazer.

O primeiro é a continuidade dos investimentos prioritários, conforme a definição do Programa de Metas, com destaque para a mobilidade urbana, drenagem e habitação, que são os setores mais pesados, em termos de investimentos.

O segundo é a regionalização dos investimentos por Subprefeitura, consolidando a inovação que apresentamos em 2014, ou seja, as Subprefeituras vão ter as suas próprias

dotações. E temos condições de ver, pela Peça Orçamentária, a regionalização dos investimentos, isto é, quais investimentos vão para cada Subprefeituras.

E, finalmente, destacamos, também, a participação da população na constituição dessa Peça Orçamentária, na definição de prioridades, por meio do ciclo participativo de planejamento e orçamento, com a participação dos Conselheiros Participativos Municipais e dos Conselhos de Políticas Transversais. A população participou, também, de 32 Audiências Públicas, e o conjunto dessas sugestões e priorizações feitas pela população foi o que nos ajudou a construir a Peça Orçamentária, na forma em que ela agora se encontra.

O próximo slide mostra só um resumo: temos as receitas correntes previstas na Lei Orçamentária deste ano que são da ordem de 44,2 bilhões e as receitas de capital que são da ordem de 7,1 bilhões, totalizando na receita total de 51,3 bilhões.

Numa coluna do ano de 2014, mostra a previsão – temos três quartos do ano decorrido e podemos ter uma previsão de qual será o valor realizado das receitas em 2104, podendo ter uma ideia do crescimento dessas receitas em 2015.

No próximo slide temos um resumo por fonte e por grupo. É uma matriz que nos mostra os tipos de gasto por natureza do gasto. O gasto em atividade é, basicamente, o gasto em custeio dos diversos programas e atividades da Prefeitura; os auxílios são auxílios ao pessoal; o pessoal mesmo com o qual temos um gasto de 17,6 bilhões previstos e projetos que são os investimentos – temos previsto o investimento de 7,8 bilhões de reais.

Nas linhas, temos a fonte. A fonte principal, claro, é o Tesouro Municipal. Depois, temos as outras fontes, as transferências federais, com destaque; o Fundo Constitucional da Educação e os recursos próprios da Administração, que são outros que a Administração tem. Os recursos vinculados são recursos de fundos, como o Fundurb e o Fundo de Saneamento, e temos a composição das receitas por fonte, dos 51,3 bilhões.

Na próxima imagem, temos todas as fontes também por grupo de despesas. A gente consegue ver a variação de cada uma delas, o percentual de crescimento esperado e o

destaque para os investimentos que se prevê o aumento em torno de 75%, com o aumento total do orçamento de 15,9% em relação àquilo que se espera executar neste ano de 2014.

Aqui temos um comparativo por área mostrando o projetado para este ano em função do que já foi realizado até agora e o orçado para 2015. Ai não são secretarias, são áreas. Por exemplo, saúde, são todas as ações relacionadas à saúde não só as que estão na Secretaria de Saúde e assim por diante. Esse é o conceito. Ai, temos a variação percentual de cada uma das áreas.

Aqui vamos dar um destaque aos investimentos para mostrar quais são os investimentos mais substanciais que estamos fazendo e em que áreas se encontram. O primeiro é a implantação de corredores; obras de grande porte; intervenções de controle de cheias em bacias de córregos, que são gastos com drenagem; a execução do Programa Mananciais, que é basicamente habitação de interesse social e reurbanização de favelas em áreas de mananciais; construção de unidades habitacionais; urbanização de favelas fora das áreas de mananciais; a implantação e requalificação dos terminais de ônibus urbanos; enfim, e outros investimentos que estão mais a frente na tabela como execução do viário sul, construção de creches requalificação de bairros e assim por diante.

De novo, os principais investimentos por área e um comparativo entre aquilo que se espera realizar em 2014 e o orçado para 2015. Por área: cultura, moradia, saúde, direitos da pessoa com deficiência com grande crescimento, drenagem urbana, prevenção da violência com crescimento substancial também, direitos da população idosa com crescimentos de 806% nos investimentos e assim por diante.

Era isso. Só queria dizer que já fizemos uma reavaliação da peça orçamentária e vimos que talvez fosse interessante a gente descentralizar alguns recursos adicionais para as Subprefeituras.

Então, fizemos propostas de alteração que vamos passar as mãos do Vereador Ricardo Nunes, relator da Comissão, que ele possa, eventualmente, levar em consideração

essas sugestões.

A peça orçamentária é complexa de ser feita. A Prefeitura de São Paulo é muito grande, tem dimensões de Estado, há um número muito grande de secretarias e de unidades orçamentárias que temos de mobilizar e funcionar – como uma espécie de maestro da orquestra – para conseguir produzir a peça orçamentária em tempo hábil e, ao mesmo tempo, envolver a população nessa elaboração. Então, sempre há possibilidade de melhorar e aprimorar a peça orçamentária.

Estou à disposição para esclarecer as dúvidas dos Srs. Vereadores e do plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Dalton Silvano.

**O SR. DALTON SILVANO** – Sr. Presidente, qual o encaminhamento? Quero fazer a minha inscrição. Estou no lugar do Vereador Abou Anni, do Partido Verde.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Essa instrução foi dada no início da audiência, mas repito para V.Exa. O Presidente e o relator falarão, em seguida, os demais membros da Comissão, outros Srs. Vereadores e o público presente.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Floriano.

**O SR. FLORIANO PESARO** - Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Vereador não membro da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Está inscrito o Vereador Dalton Silvano, como membro da Comissão no lugar do Vereador Abou Anni, Vereador Nomura.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Adilson Amadeu.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Qual o tempo que a Sra. Leda Paulani tem na Casa?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Ela pleiteava para até mais 1h15.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Eu já vou me adiantar porque pelo número de inscritos, pelo número de Vereadores, vamos precisar pegar uma data em que a senhora não tenha nenhum compromisso porque senão não chegaremos a lugar nenhum.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Estou à disposição, Sr. Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Vamos tentar otimizar o tempo. Como também haverá outras audiências públicas, o que não for possível nesta, faremos em outra.

Então, começarei a expor as minhas dúvidas.

Ao analisarmos a peça orçamentária e a execução orçamentária, o orçamento de 2014 que está em execução é composto de verbas federais, principalmente na área de investimentos, e de recursos municipais da fonte 00. Os recursos repassados até o momento aportados ao Tesouro por parte do Governo Federal a quanto remonta?

**A SRA. LEDA PAULANI** – Teríamos de somar porque a fonte 02 existe em várias pastas: na saúde, na educação, assistência social, pessoa com deficiência, SIURB pelos investimentos do PAC. Então, não tenho pronto esse número. Não sei se algum assessor meu tem.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Sra. Secretária, a senhora está aqui para discutirmos exatamente isso. Imaginei que estivesse com isso pronto.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Não. É que não há nenhuma exigência em nenhum quadro de termos esse valor pronto. Eu não tenho de cabeça.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Sra. Secretária, eu tenho profundo respeito, mas a afirmação da senhora tem de ser mais respeitosa conosco. Não tem de estar dito. Eu pressuponho que a senhora estivesse preparada para dirimir as dúvidas. A forma como a senhora tenta conduzir fica difícil.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Está aqui o número, já achei.

A previsão de executar 4,1 bilhões.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Eu sei. Eu perguntei quanto nós executamos.

Quanto executamos desses 4,1 bilhões?

Nós vamos ajudar a senhora, então.

A previsão era 4,1 bilhões. Consta na peça apenas 200 milhões. Eu pergunto: o

que houve com os repasses? Esse número está correto, 206 milhões? Nós já estamos em outubro.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Essas transferências são apenas para despesa de capital. O restante são transferências de programas, convênios como, por exemplo, da área da saúde, do Fundo Constitucional da Educação, assistência social, da pessoa com deficiência. Tem várias outras transferências.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Por pasta, a senhora não veio preparada para hoje?

Normalmente, todos os secretários que aqui vinham traziam isso bem para um debate e para evolução. É para isto que estamos aqui: para discutir a peça.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Qual a pasta que V.Exa. Gostaria de saber?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Pasta da habitação, da saúde. A senhora pode mencionar pasta por pasta o percentual cumprido da execução orçamentária. Todas as pastas, os repasses federais e qual o percentual executado ou cumprido pelo Governo Federal.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Eu me preparei para discutir o projeto de lei. Nós estamos falando da execução deste ano. O senhor me desculpe, mas não imaginei que viessem perguntas nesse sentido e não tenho dados de execução aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Por que estamos dizendo isso? Porque a peça orçamentária, a discussão do projeto, eu preciso olhar a história dele, o quanto foi executado e quanto temos de efetivo cumprimento. Os valores que a senhora mostrou do Governo Federal são significativos. Por que queremos saber o que a senhora executou, o que vamos executar, qual é a contrapartida.

Nós precisamos saber o que foi executado. Nós temos condição de fazer as devidas contrapartidas?

**A SRA. LEDA PAULANI** – Sobre isso que eu queria falar. O que aconteceu no ano passado? Ano passado, com a redução da receita prevista do IPTU com a liminar que a justiça



acolheu contra a possibilidade de aplicar a lei que esta Casa tinha aprovado, a revisão da Planta Genérica de Valores, ficamos impedidos de fazer muitas contrapartidas para o Governo Federal e isso acabou reduzindo os recursos que a gente esperava receber para enfrentar despesas de capital neste ano de 2014.

Esperamos que em 2015 a gente consiga ter os recursos necessários para ter esse aporte de recursos para investimento.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - A senhora está dizendo que não foram feito os repasses porque não temos contrapartida. Resumidamente, é isso?

**A SRA. LEDA PAULANI** – É isso porque...

P – Porque não houve o dinheiro do IPTU.

R – Sem um pedaço da receita prevista.

P – É esse o debate, Sra. Secretária.

Em 2014, não estão conseguindo executar porque não tivemos dinheiro para fazer frente à contrapartida.

Vou prosseguir, então, em algumas receitas que a senhora tem recurso e faltou atitude do Governo na execução. Por exemplo, esta Casa autorizou e a senhora lançou um programa de habitação. Partes dos recursos das fontes 00 são pequenos, do Tesouro Municipal, fonte 02 e 03, mas tem a parte da fonte 08, das Operações Urbanas, que não está sendo empregada na habitação dentro daquilo que esperávamos.

Esta Casa aprovou a Lei da Operação Urbana Água Branca que tem uma demanda por títulos imensurável há mais de um ano e meio. E o Poder Executivo sob a sua gestão não lançou sequer a concorrência dos projetos para execução das obras. A emissão do CEPAC, que a senhora vai mencionar, é uma parte do problema. Eu estou dizendo da eficiência do Governo neste momento.

Esta Casa aprovou uma lei que tem reserva de receita estimada da ordem de 3,7 bilhões, que esta Casa – por estudos - entende que será arrecadado da Operação Urbana

Água Branca. Ou seja, teremos cerca de 600 milhões para investir em habitação naquela região para urbanização de favela e investimento, porém, o governo sequer fez a licitação dos projetos.

Digo mais, esta Casa colocou no orçamento de 2014 10 milhões de reais para contratação de projetos que permitisse gastar o CEPAC que a senhora quer lançar. A senhora até pode lançar os títulos do CEPAC, mas não vai utilizá-los. Por quê? Porque o governo sequer conseguiu fazer a licitação do projeto. Não é da obra, senhores, é do projeto básico, projeto executivo para que permita que o governo de posse da contratação desse projeto contrate a obra. Ou seja, a senhora pode, quando muito até o final deste ano, conseguir emitir um CEPAC. Ótimo, vai ficar com o dinheiro em caixa como tenho nas Operações Urbanas Água Espriada, Faria Lima e Água Branca. Eu não contrato projeto.

Não há de se falar em recursos de fonte 00 que não tem. A autoria da emenda para execução desta obra de 10 milhões de reais eu retirei. Foi uma emenda minha de 10 milhões de reais. Enfim, este Parlamento aportou 20 milhões de reais, 10 milhões de fonte do Tesouro para a contratação desses projetos. Até hoje vocês não gastaram um centavo, não publicaram edital para a contratação do projeto de engenharia.

Então, Sra. Secretária, quando a senhora fala que em execução orçamentária para 2015 e a senhora coloca o item habitação, eu me questiono se vocês vão cumprir isso. Eu não vou prometer para a população, eu cobro da senhora neste momento a eficiência do governo na execução daquilo que se tem dinheiro. Eu tenho preocupação com o Governo Federal. Vai passar ou não vai passar recurso? Eu acho que não. Para quem foi ao fundo de emergência com 4 bilhões para equilibrar as contas, provavelmente não vai passar o dinheiro que a Prefeitura demanda, que entendo como necessária e justa.

É inadmissível que este Plenário coloque 3,7 bilhões de obras disponíveis para a cidade de São Paulo e vocês não contratam nem o projeto de engenharia. Não estou falando da licitação, do projeto, que não implica nas receitas da senhora. Assusta-me a eficiência

administrativa porque é só o governo publicar o edital e contratar os projetos de engenharia.

Esse é um ponto. Vou continuar. O mesmo se repete na Operação Urbana Água Espreada. Nós temos um recurso enorme aguardando CEPAC para fechar a conta, a licença da Comissão de Valores Imobiliários. Mas na Água Branca, não. Está parado e tem demanda.

Secretária, outra despesa que vem nos assustando e cobro o planejamento da senhora é o comportamento da contrapartida do IPREM. Os valores e qual a alternativa que a senhora encaminha para o problema do IPREM e o que está sendo feito? Tivemos um déficit do IPREM do ano passado de 2,2 bilhões e a previsão deste ano é de 2,6 bilhões de reais.

Nessa toada teremos um problema enorme. Eu gostaria expusesse o que está sendo feito e o que está sendo planejado para fazer frente a esse repasse. Os aposentados demandam muito mais, mas o Tesouro, com a capacidade que temos hoje, assusta-me os valores que temos lá com repasse deste tamanho sem fazer frente que podemos ofertar um futuro mais tranquilo aos aposentados. O que a senhora tem de planejamento?

A senhora falou 956 milhões para investimento em mananciais. Esses recursos não são fonte 00, são fonte 02. Está correto, Secretária?

R – A principal fonte são os recursos do pagamento da outorga da Sabesp.

P – Foi por isso que fizemos essa lei.

R – Fundo Municipal de Saneamento.

P – Esse é um debate que vamos convidar a senhora na Comissão de Finanças e Orçamento. Eu fui um nesta Casa que forçou o Governo do Estado a fazer a concessão desse dinheiro que gostaríamos que fosse investido em mananciais.

Por hora, vou fazer essas perguntas. Gostaria que a senhora as respondesse. Registro a presença da Vereadora Sandra Tadeu, Vereadores: Tuma, Conte Lopes, Police Neto, Toninho Vespoli, Marquito e Mario Covas Neto.

Gostaria que por hora a senhora respondesse essas perguntas, especialmente, da Água Branca. O que está ocorrendo que o Governo não anda com o projeto e tem dinheiro?

Antes, vou fazer uma homenagem aos alunos do Colégio Objetivo. São 35 alunos de 11 anos e cursam o 6º ano.

**O SR. CALVO** – Sr. Presidente, faz parte desta Casa e gostaria que V.Exa. falasse aos alunos o que estamos fazendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Hoje, estamos realizando uma audiência pública com uma autoridade em planejamento sobre o orçamento da cidade de São Paulo para discutirmos onde vamos investir. Se vocês quiserem fazer uso da palavra, eu darei a palavra, é só se inscrever.

O governo propõe um projeto de lei. Ao Parlamento cabe acolher, modificar parte ou em todo o que o Executivo propõe para que a sociedade seja escutada. Tudo o que os seus pais pagam de impostos, é aqui que se discute onde a gente vai gastar o dinheiro da Cidade. Este é um debate e está falando uma autoridade do Município chamada Leda Paulani.

Secretária, por favor.

**A SRA. LEDA PAULANI** – A questão da execução dos recursos das Operações Urbanas não é alguma coisa que a minha pasta tenha arbítrio para fazer. Não cabe à pasta. A gente executa no orçamento as demandas que chegam das diversas áreas. Não sou eu que ordeno a execução dos recursos das Operações Urbanas.

São várias pastas que têm esses recursos. A Secretaria de Infraestrutura Urbana, a Secretaria de Habitação.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A senhora me permite um esclarecimento? A senhora é o planejamento da Cidade. Se a senhora observa em determinado momento que os recursos disponibilizados na peça orçamentária não estão sendo executados, se o planejamento não está sendo executado, a senhora não tem um instrumento de controle interno para dizer que a secretaria A ou B não está correspondendo aos projetos que planejamos para a cidade de São Paulo? Isso pode comprometer o programa do Sr. Prefeito. Eu imagino que o controle seja da pasta de Planejamento. O gasto é Finanças.

Qualquer que seja a pasta que não lhe solicite um empenho é porque não está sendo gasto. A pasta de controle é da senhora. A dúvida é: a senhora executa esse controle?

R – Veja bem, há uma preocupação constante não somente da Secretaria de Planejamento, mas também da Secretaria de Governo e do gabinete do Prefeito com a execução dos recursos disponíveis. Fazemos um controle da execução e a gente sabe quais são as despesas que não estão sendo executadas no ritmo esperado.

O que não sei dizer, porque não tenho domínio das operações, é exatamente em cada uma delas qual é o calendário, o cronograma ou quais foram os óbices para que até agora a execução fosse baixa. Eu, infelizmente, não tenho essas informações. Não são ações que estão no meu domínio. Então, não tenho como lhe responder. Só digo que há sim uma preocupação.

No caso da operação urbana, o Conselho Gestor só tomou posse em maio e uma série de decisões dos gastos de recursos da operação urbana depende desse Conselho Gestor. Então, é isso o que eu teria a dizer com relação ao seu primeiro ponto.

Em relação ao IPREM, eu tenho conversado constantemente com o Presidente do IPREM, Dr. Fernando Rodrigues, e nós temos três medidas que estamos tomando para aplainar o terreno para construirmos uma solução para o déficit previdenciário. A primeira e fundamental delas é guarnecer o IPREM das condições para que ele desempenhe seu papel institucional de gestor efetivo da previdência, o que hoje ele ainda não faz.

Então, temos um passo antes de equacionar o déficit previdenciário que é dotar o IPREM dos mecanismos institucionais necessários. No que diz respeito ao déficit, propriamente, já tem vários estudos, mas os números são bastante discrepantes e novos estudos estão sendo encomendados para a definição desse déficit previdenciário e para o estabelecimento de uma proposta.

P – Então, de concreto não temos nada ainda.

R – Nós temos estudos, temos já várias medidas tomadas no sentido de readequar

institucionalmente o Iprem para que possa ser um gestor efetivo da previdência que hoje ele de fato ainda não é. Temos também todo um trabalho na área do Comprev, existiam mais de 20 mil processos sobrestados de receitas do Comprev que podem e sempre reduzem a insuficiência financeira do Iprem e estamos com um trabalho inclusive junto ao próprio INSS junto ao tribunal de Contas do Município para reduzir a quantidade desses processos sobrestados.

Com relação à dívida do Comprev que o Governo Federal tem com a Prefeitura também foram tomadas providências para que essa dívida seja paga sob a forma de terrenos que serão cedidos a São Paulo.

P – Com todo o respeito, os aposentados vão ficar estarecidos de ver essa proposta que a senhora colocou, nenhuma delas faz frente ao déficit permanente e crescente. Não há nenhum planejamento estratégico que permita fazer frente às despesas que o Município se perdurar o problema da dívida de São Paulo, se não renegociarmos, vai chegar um momento em que o município não terá dinheiro para pagar os aposentados. É preciso apontar uma solução clara. O que é que o município pretende fazer discutindo com o Iprem, com setores. Da conta que estavam em 800 milhões está em 2,6 bilhões para esse ano. Se a senhora teve um déficit no ano passado e esse ano o déficit de 2014 é uma receita prevista e não a entrada de 805 milhões de IPTU o aumento dessa conta do Iprem assustou muito mais de 2013 para 2014, exatamente o valor do IPTU. É um numero que assusta, todo o aumento do IPTU serviria só para pagar a conta do Iprem.

Qual é o planejamento que permita fazermos frente a isso? Essa demanda daquele instituto e dos aposentados dessa cidade?

R – Acrescento uma informação, temos a cada seis meses que renovar a nossa CRP, que é o nosso certificado de regularidade previdenciária emitido pelo Governo Federal, sem isso, não temos acesso às rendas dos repasses do Governo Federal. Com as providências que temos tomado o Ministério tem renovado a nossa CRP porque ele está vendo

que estamos encaminhando e estamos dando vários passos prévios ao encaminhamento de uma solução efetiva para a questão do déficit previdenciário e estamos, ao mesmo tempo, trabalhando na área dos estudos previdenciários para definir, pois a questão é bastante complexa, há diferenças conceituais inclusive na forma de estimar o déficit previdenciário, mas esses estudos estão sendo realizados...

- Manifestações simultâneas.

P – Com todo o respeito, permita-me interromper,

R – Desculpe-me Vereador, acho que o Secretário Antonio Paulo disse que queria falar alguma coisa talvez ele possa lhe responder...

P – Daí é execução, eu quero saber do planejamento. Estamos entrando no ano de 2015, estamos falando dessa peça orçamentária, a senhora está falando de estudos. Como nós vamos fazer para implementar essa conta? A conta é assustadora, Sra. Secretária. É uma área de planejamento que estamos tratando. Da execução, quem vai pagar, é o Secretário de Finanças. O certificado é uma parte assessória que me permite sacar junto aos empréstimos, mas para fazer frente ao problema não foi apresentado nada, nem aos aposentados e nem a esta Casa.

O poder fiscalizador desta Casa, quando discute a peça orçamentária, é para saber o que vamos fazer no ano seguinte, o que vamos executar em 2015 efetivamente de gasto do IPREM.

Eu já debati com o Paulo a respeito disso em outra ocasião na Comissão de Finanças e Orçamento que ele gostaria de tê-la convidado para debater somente este problema. Sei que é algo que assusta a senhora e a Prefeitura como um todo. É uma conta que tira, no ano de 2013 e 2014, o valor do IPTU. É uma conta que incomoda não só a senhora, mas também a nós, a população e os aposentados.

Então, gostaria de ver uma solução. A Casa pode contribuir naquilo que tiver alcance. Este é o poder fiscalizador do recurso da cidade de São Paulo. Não é um dinheiro

pequeno. Se olharmos a receita do Município, 2,5 vai bater quase 5% do valor do orçamento. É muito dinheiro.

Nas audiências públicas presididas por mim sobre orçamento nós discutimos o passado, o presente e os principais problemas. A pasta é a da senhora mesmo.

Passo a palavra ao Paulo.

**O SR. ANTONIO PAULO** – Sr. Vereador, é importante ressaltar que a questão da previdência dos servidores públicos, do regime próprio de previdência, o que acontece em São Paulo não é exclusividade da Cidade. A nossa previdência não tem capitalização de recursos, não existem recursos acumulados, como na maior parte dos entes da Federação. Portanto, ele é estruturalmente deficitário.

Por mais que a gente adote medidas e algumas modificações sempre estão sendo estudadas, por mais que a gente as implante, faça nova lei e siga, como outros entes da Federação estão fazendo, isso, no curto prazo, pode significar um aumento do subsídio do dinheiro do Tesouro ao fundo de previdência.

Não existe para a previdência do Município de São Paulo, da mesma forma para qualquer outra previdência de qualquer outro estado ou município, solução de curto prazo. Ou a gente faz uma acumulação de recursos e isso vai custar porque o dinheiro vai ter de sair de algum lugar ou a gente vai continuar tendo de subsidiar a previdência.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – O senhor acabou de falar que a conta existe e vai ter de ser apresentada em algum momento. Em outras palavras o que o senhor está dizendo é o seguinte: aos funcionários, aos aposentados, a cidade de São Paulo, a conta existe. A Prefeitura não suporta pagar. Talvez ela suporte pagar parte permanentemente, mas não nessa velocidade crescente que nós temos. Começa a comprometer o investimento da Cidade. Em algum momento vocês têm de resolver e mostrar o que estão planejando e daqui para lá temos de ter outra solução. Não dá para ficar gastando dinheiro e dizer que vão planejar e só vai aumentando. Há também a insegurança dos aposentados. As pessoas que



vão aposentar ficam preocupadas. Era 800 e já está em 2,6 bilhões e vê a capacidade de investimento da Prefeitura reduzindo.

O remédio será amargo e que vai no bolso de alguém, eu não tenho dúvida. Por enquanto é o povo que está pagando com menos creche, menos escolas, menos saúde. Ou eu pago aposentado ou eu tiro da creche.

Quando eu pago 2,6 bi, imaginem 1,3 bi investido em creche, a senhora faria um investimento maravilhoso. Em um ano só de aumento foram 800 milhões. De 1,4 foi para 2,2 e agora está indo para 2,6.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, estou preocupado e queria propor um método. Que o relator pudesse esgotar as perguntas dele, que o senhor pudesse passar a palavra aos outros Srs. Vereadores e depois voltaria a V.Exa. se ainda houvesse perguntas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vou examinar a sua proposta.

Tem a palavra o senhor relator.

**O SR. RICARDO NUNES** – Primeiramente quero fazer um agradecimento à assessoria da Câmara Municipal de São Paulo porque é o meu primeiro ano como relator do orçamento e estou surpreso com as qualidades dos técnicos da Câmara Municipal. É fantástico. É importante também falar das coisas boas. São pessoas que estão muito preparadas. Agradeço a presença da Sra. Secretária.

O assunto que mais vejo o Vereador Milton Leite falar nesta Casa é sobre o IPREM e com bastante propriedade. Aproveitando a experiência do Antonio Paulo, que é do Rio de Janeiro, quero perguntar a ele, o Governo Federal e o Governo Estadual implementaram as previdências complementares, inclusive no Rio do Janeiro, e não ouvi vocês falarem com relação a essa possibilidade de trabalharmos com a previdência complementar que me parece um caminho. O Executivo pensa em alguma coisa nessa linha?

**O SR. ANTONIO PAULO** – Sr. Vereador, com relação aos projetos que estão

sendo pensados para a previdência complementar, estamos sempre estudando os números e as alternativas. Conhecemos as experiências dos demais entes Federação.

Quero ressaltar que a previdência complementar no curto e no médio prazo – estou falando em algo em torno dos primeiros 10 ou 20 anos – significa um aumento do repasse de recursos do Tesouro para o regime próprio de previdência. Por quê? Porque os novos servidores que ingressarem vão contribuir para a previdência complementar e não vão contribuir para o regime próprio de previdência, então, essa diferença vai ter de ser coberta pelo Tesouro.

**O SR. RICARDO NUNES** – Mas vai ter de ser feito em algum momento, não é, Secretário?

**O SR. ANTONIO PAULO** – Sim.

Se a solução for um modelo de previdência complementar, que não há essa decisão, realmente, em um curto prazo se pagaria isso. O que está acontecendo?

Alguém um dia vai pagar a conta? Nós estamos pagando a conta hoje porque os servidores se aposentaram e estão recebendo uma aposentadoria, mas não existe nenhuma capitalização de recursos para isso. Então, é o Tesouro que está tendo de pagar essas aposentadorias.

A legislação está toda ajustada. Não existe nada na legislação municipal da previdência que a gente possa fazer para dizer que existe algum privilegio dos aposentados. Não existe nada que se mudar. Então, os trabalhos que estão sendo feitos de auditoria, de reestruturação, de verificação, se as aposentadorias estão sendo concedidas de forma correta e tal, é o que pode ser feito. Fora isso, não existe milagre.

O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, tinha royalties de petróleo. Então, o Estado capitalizou a previdência do Estado com royalties de petróleo. O Município de São Paulo não tem ativos para capitalizar na Previdência. Mas estou à disposição dos senhores para conversar.

**O SR. RICARDO NUNES** – Em 2009, a Casa aprovou a Lei 1580 e tem aqui, anexo a essa lei, de 1.500 a 2.000 imóveis que estão disponíveis para serem alienados e amortizar a dívida. O senhor tem alguma informação sobre essa situação?

**O SR. ANTONIO PAULO** – A questão dos imóveis é muito complicada. Aconteceu a mesma coisa no Rio de Janeiro. Foram capitalizados mais de mil imóveis dentro do Fundo de Previdência do Estado. Isso, em termos contábeis, resolve alguma coisa, mas, na prática, no funciona, porque você não consegue dar liquidez a esses imóveis dessa maneira. Por exemplo, ninguém consegue vender 2,5 bilhões de imóveis em um ano. Então, os imóveis não são uma solução.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Esqueci de mencionar que estamos fazendo uma auditoria de folha para verificarmos eventuais impropriedades na concessão das aposentadorias, erros de cálculos. Enfim, coisas desse tipo.

— Ou seja, o resultado dessa auditoria de folha nos permitirá qualificar um pouco esse gasto de recurso com a insuficiência financeira do Iprem.

A outra coisa é que a Previdência Complementar apenas não é aceita pelo Ministério da Previdência. Eles exigem que se faça, em conjunto com ela, a chamada Segmentação de Massa. E a segmentação de massa envolve esse custo que o Secretário Antonio Paulo acabou de mencionar. Ou seja, se decidirmos hoje que vamos começar a fazer segmentação de massa com previdência complementar, vamos ter um impacto orçamentário, que não é pequeno, para além da insuficiência financeira do Iprem. Só daqui a 20 anos que essa despesa começará a ter um alívio. É um projeto para um resultado de longo prazo. Não há nada que, em curto prazo, permita escaparmos, a não ser fazermos uma auditoria para verificarmos se existe algum erro.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A senhora vê essa possibilidade de erro em folha?

**A SRA. LEDA PAULANI** – Não, veja bem, são sistemas gigantes, são sistemas

que envolvem milhões e milhões de informações todo mês, são várias unidades administrativas que fazem os processos de aposentadoria. Isso é uma coisa que estamos tentando melhorar institucionalmente, ou seja, que o Iprem passe a centralizar os processos de concessão de aposentadoria. Então, você tem uma probabilidade de erro. Não estou dizendo que tenha fraude, que tenha gente roubando, não estou dizendo nada disso. Estou dizendo que pode haver erro. Sempre que se faz uma auditoria de folha em que você vai apurar se o valor pago está correto ou não pode surgir erros que foram cometidos nesse processo. Isso, se verificando o erro, deixa-se de pagar e a despesa vai cair.

Então, estamos fazendo tudo que está ao nosso alcance. Agora, temos realmente, em São Paulo, a necessidade de readequar institucionalmente o Iprem para que ele possa, inclusive, fazer a gestão efetiva de um fundo previdenciário. Hoje, o Iprem institucionalmente não tem essas condições.

---

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – É por conta da alíquota, Secretária?

**A SRA. LEDA PAULANI** – Não. É por uma questão institucional mesmo. Quer dizer, o Iprem, a partir daquela alíquota de previdência complementar adicional de 6%, foi constituído como o órgão gestor da Previdência, mas, de fato, ele não é um órgão gestor, é só um órgão pagador. Hoje, ele faz a gestão das pensões. Da Previdência, propriamente, ainda não faz a gestão. A gestão é normatizada pela Cogep – Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Sempla, e as várias unidades, cada unidade de Recursos Humanos de cada unidade orçamentária faz os seus processos de aposentadoria. E é isso que precisa ser alterado.

**O SR. RICARDO NUNES** – É importante saber que existe uma preocupação com essa questão previdenciária.

A peça é bastante grande e teremos todas as audiências temáticas e regionais e, acho, poderemos discutir um pouquinho sobre as alocações dos recursos. Hoje, para não nos estendermos tanto, vou me ater a algumas dúvidas com relação à receita.

Com relação ao PPI, até votamos em primeira, a proposta do Executivo, temos

proposto para 2015, 481.896.000 reais. Com relação à cessão dos direitos creditórios, qual seria o percentual dentro desse montante?

**A SRA. LEDA PAULANI** – Vereador, com relação à receita, prefiro que responda o Secretário Antonio Paulo, porque toda previsão de receita é uma atribuição da Secretaria de Finanças, por isso ele me acompanha nesta audiência.

**O SR. ANTONIO PAULO** – Só para entender claramente a pergunta: você está querendo saber quanto pretendemos arrecadar em 2015 com a cessão de créditos do PPI. É isso?

**O SR. RICARDO NUNES** – É. Porque aqui temos duas informações na proposta de 2015. Você deve ter aqui um percentual, que é referente ao PPI de 2011 e deve ter um percentual desse PL que estamos votando, na Casa, agora.

Então, queria saber qual será o valor total que se pretende arrecadar com o PPI e, dentro de 2015, o que tem de 2011 e o que terá de 2015 com relação à cessão dos direitos creditórios.

**O SR. ANTONIO PAULO** – Uma coisa é o quanto pretendemos arrecadar com o PPI realizado agora em 2015.

**O SR. RICARDO NUNES** – É um bi, né.

**O SR. ANTONIO PAULO** – Não. Enfim, não esperamos arrecadar um bilhão só de PPI. Temos o PPI deste ano, de 2014, que estamos votando agora; temos as parcelas dos PPIs anteriores e também temos as parcelas da dívida ativa normal, que as pessoas pagam. Isso tudo deve somar, mais ou menos, esse montante.

Com relação à cessão do PPI, isso é algo que ainda está sendo estudado por nós. Outros entes da Federação fizeram esse tipo de operação, o Estado de São Paulo fez, o Estado de Minas. Nós aqui, em São Paulo, temos a estrutura jurídica, a estrutura legislativa para fazer, mas estamos avaliando todas as possibilidades jurídicas para realizarmos essa operação com a melhor segurança possível. Então, ainda não temos, digamos... Até temos

uma ideia do quanto poderíamos arrecadar com essa cessão, mas ela é uma hipótese, ela pode acontecer. Não necessariamente acontecerá.

**O SR. PAULO FIORILO** – Secretário, só uma dúvida que persiste. Na proposta orçamentária para 2015 o valor apontado para o PPI é de 481 milhões. Nessa proposta de 2015 está previsto ou não o projeto que tramita?

**O SR. ANTONIO PAULO** – Mas o quê do projeto? A parcela do PPI ou a cessão?

**O SR. PAULO FIORILO** – Estamos votando, na Câmara, um novo PPI. Não votamos. A pergunta que faço é: esse novo PPI está previsto nos 481 milhões ou não?

**O SR. ANTONIO PAULO** – Sim, está previsto, sim.

**O SR. PAULO FIORILO** – E se a Câmara não aprovar? Vocês estão trabalhando com uma perspectiva. Qual é o valor previsto?

**O SR. ANTONIO PAULO** – Não sei de cabeça. Para 2015, é algo em torno de 200 a 250 milhões reais.

**O SR. PAULO FIORILO** – Mas, de novo: 200 a 250 milhões. O de 2014, a previsão era 319. Significa que, assim, estão terminando todas as parcelas anteriores?

**O SR. ANTONIO PAULO** – Sim.

**O SR. PAULO FIORILO** – Porque o valor que o senhor está dizendo que vamos ter, portanto, é metade do que está proposto...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador Paulo Fiorilo, vou interromper. Vou pedir para que todos os Vereadores formulem as perguntas. A Secretária Leda vai anotá-las e respondê-las, bem como dos três inscritos, para que permita, quem sabe, cumprir o horário que ela me pleiteou. Vou tentar cumprir isso, Secretária. Então, a partir de agora, pediria que fôssemos objetivos e o Secretário de Finanças vai permanecer aqui para um debate um pouco mais longo, conosco. E nas audiências temáticas de cada uma das pastas, a Secretaria vai voltar aqui, gentilmente vai nos atender e com mais tempo, como propôs o Vereador Adilson Amadeu, o que eu entendo como razoável.

Informo que as inscrições estão encerradas.

**O SR. RICARDO NUNES** – Temos lá arrecadado, até setembro de 2014, como falou o Vereador Paulo Fiorilo, 719 milhões...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – A indicação técnica é que façamos as perguntas para a Secretaria, ela anotar e responderá, ela está com problema de horário. Em seguida, será a vez dos inscritos, pois já encerraram as inscrições. Aí sim continuará o debate tranquilamente com o Paulo, que disponibilizou a tarde e até hoje à noite conosco.

**O SR. RICARDO NUNES** – Vamos lá então. Queria falar sobre os transportes, sobre o subsídio aos ônibus. Se fizermos uma média mensal dará um valor de 132 multiplicado por 12: são 1,5 bilhões. E o que está registrado aqui para subvenção do ônibus é da ordem de 1,422 bilhões. Temos um déficit de 200 milhões e mais a inflação. (Pausa) Dá mais? (Pausa) São 350 milhões, até o final do ano. Como essa é uma questão, Secretaria Leda, que mexe com a população, é numérica, é matemática, nós não conseguimos entender. Sem querer ser repetitivo, sabe-se que já há 133 milhões mensais de subvenção com relação à tarifa do transporte de ônibus. É isso mesmo, Secretária?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Ela vai responder depois.

**O SR. RICARDO NUNES** – Ficaria com essa pergunta. Depois que a Secretaria receber as demais, volto ao final para ganhar tempo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Agora é o Vereador Dalton Silvano.

**O SR. DALTON SILVANO** – Sr. Presidente, Secretária, demais Vereadores, público presente. Vou ser rápido, até porque na audiência pública é importante ouvirmos os presentes, que sempre nos trazem importantes contribuições. De qualquer forma, vou deixar apenas uma ponderação e ao final uma pergunta.

Em 2001 – sou Vereador há 17 anos nesta Casa – os Vereadores de Oposição iam

à tribuna e diziam que o Orçamento era uma peça científica, uma peça de ficção. Eu sempre ouvi isso, Secretária. E o Vereador Aurélio Nomura já era meu colega. Orçamento é uma peça de ficção, e a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias também. Qual é então a nossa grande preocupação? Não vou entrar em detalhes. Mas ouvimos falar de investimentos de 7 bilhões, de grandes investimentos, de construção de equipamentos para a Saúde, para a Educação. Queria então, Secretária, ter o pé no chão para tratarmos das nossas questões cotidianas. Vou fazer uma pergunta até levando em consideração a fala do Prefeito feita desta tribuna. Diz respeito ao cotidiano das pessoas, e é quanto ao cumprimento do Plano de Metas, projeto de lei, elaborado por esta Casa e pela sociedade, no qual foram determinadas 100 metas.

Secretária, foram 100 metas resultado das inúmeras audiências públicas das quais tive a oportunidade de participar. Nessas audiências públicas criou-se uma enorme expectativa na sociedade para que as metas, que foram debatidas exaustivamente, sejam cumpridas dentro do que chama a Oposição de peça de ficção. De repente, acaba sendo uma verdade essa afirmação. Pergunto a Secretária o seguinte: o Prefeito disse desta tribuna que muitas das metas seriam cumpridas com recursos federais. Todos lembram quando ele falou isso. A minha preocupação é que ao ler o Orçamento, investimentos, fonte 02 – Recursos Federais, numa previsão de 5,376 bilhões, atualizados para 3,607 bilhões, só empenhamos até agora 404 milhões, resultando então – pelo menos eu interpreto dessa forma, não sei se de modo equivocado – que não recebemos os recursos federais previstos e, por consequência, várias metas não foram cumpridas em 2014. Se a Secretária tiver o número, as metas, qual o percentual que não foi cumprido? Isso eu gostaria de saber.

Agora pergunto diante do afirmado na apresentação de que o Orçamento está voltado ao atendimento das metas, essas metas continuam dependendo, elas em quanto estão dependendo de recursos federais? Estamos na expectativa de não vermos as metas serem cumpridas em sua totalidade. Aí entram as metas que todos já sabem.

Outra pergunta é que conversando com o relator, percebi que V.Sa. passou ao



relator um papel sobre as subprefeituras. E analisando o mapa das referidas subprefeituras - eu participei da aprovação para criação das subprefeituras, e o objetivo era descentralização dos serviços públicos política e administrativamente - percebemos que houve redução de 8,1% de um ano para o outro na rubrica subprefeituras. Sabemos que é nelas que acontecem os serviços básicos necessários ao cotidiano da população. Parece-me que a redução não condiz com o espírito da criação das subprefeituras. Estou lendo aqui 8,6 e uma redução, principalmente nas subprefeituras que mais carecem de serviços públicos, de mais atenção do poder público.

Teria mais perguntas a fazer, mas fico nas duas considerações e muito preocupado que novamente não tenhamos recursos para o cumprimento das metas, que a população tanto debateu, votou, aprovou e hoje aguarda com expectativa o seu cumprimento.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Vereador Nomura.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Obrigado, Presidente. Secretária, Srs. Vereadores, minhas senhoras e meus senhores. Gostaria de continuar o debate trazido pelo Vereador Dalton. Ao verificarmos o Orçamento de 2014, as Receitas de Capital estão orçadas em 9,127 bilhões, dos quais 5,452 bilhões da Fonte-02, verba federal. Mas ao examinarmos a planilha da execução orçamentária, até 9 de outubro, verificamos que foi realizado apenas 711 milhões, ou seja, ínfimos 7,6% do total estimado, orçado. E 207 milhões especificamente na Fonte-02, verba federal, e faltando dois meses para encerramento do ano. Para 2015 as Receitas de Capital estão orçadas em 6,86 bilhões, dos quais 4,227 bilhões também na Fonte-02, também de origem da verba federal.

Pergunto: por que a Prefeitura ainda insiste em cima das Receitas de Capital, em especial na Fonte 02? Isso apesar de ter o conhecimento de que é baixíssima a realização. Verificamos que o Governo Federal tem encontrado enormes dificuldades para fechar a conta. Da onde vem então a confiança da recuperação? Sabemos que estamos em época extremamente difícil, numa fase de pré-crise, conforme são apresentados nos relatórios do

Governo.

A outra pergunta diz respeito ao Orçamento quanto ao investimento. Por exemplo, na Secretaria da Habitação o valor é 1,37 bilhões, dos quais 137 milhões, são do Governo Municipal, o resto, a maioria, mais de 900 milhões são da Fonte 02, do Governo Federal.

No Esporte o investimento é de 320 milhões, dos quais 50 mil reais são do Tesouro Municipal e o restante da fonte do Governo Federal.

Na Secretaria dos Transportes mais o Fundo Municipal do Desenvolvimento de Trânsito, entendendo esse fundo apenas a questão da Secretaria, excluindo os corredores, o orçamento é de 542 milhões, e isso analisando apenas os investimentos, sendo que 487 milhões são de origem da fonte 02, Governo Federal.

Em SIURB é mais gritante: o orçamento é de 1,550 bilhão, sendo que apenas 4 mil reais – repito, 4 mil reais – vem do Tesouro Municipal.

Por fim, para as Subprefeituras, como já foi mencionado, o orçamento é de 306 milhões, sendo que 110 milhões são recursos do Tesouro Municipal. Isso dá o equivalente a 3 bilhões, em média, a cada subprefeitura.

Esses são alguns exemplos para mostrar o completo atrelamento do Orçamento aos recursos federais. Se nós tirarmos os recursos federais, não anda a Prefeitura do Município de São Paulo diante do Orçamento demonstrado.

Se verificarmos o que foi realizado este ano, temos a comprovação de que não vai andar, não vai haver recursos para absolutamente nada.

A minha questão é: de que forma a Prefeitura pretende alavancar recursos para fazer esses investimentos no caso dos recursos federais não chegarem ano que vem?

Outra questão diz respeito à relação dos investimentos totais da Prefeitura para o ano de 2014. Foram empenhados, até 13 de outubro, 3,1 bilhões - excluindo os precatórios - dos quais 1,18 bilhão são da fonte 00 da Prefeitura Municipal. Desses 1,18 bilhão, 148 milhões foram utilizados para implantação de corredores, faixas de ônibus e faixas para bicicletas. E

171 milhões foram para infraestrutura urbana. E para Saúde foram destinados 136 milhões e Segurança Urbana, apenas um milhão de reais. Eu gostaria de entender o porquê dessa preferência para as faixas de ônibus, para as faixas de bicicleta, enquanto nós temos problemas extremamente sérios na Cidade, a começar, por exemplo, com essa questão da Saúde e essa questão de Segurança Pública; além de creches e além da Assistência Social.

Outra questão - há vários Vereadores que lutam pela zona Sul - é sobre o Hospital Municipal de Parelheiros. Ele foi anunciado a um custo de 212 milhões de reais. No orçamento de 2015, na dotação, na construção e na instalação de hospitais, obras, estão previstos 50 milhões de reais, sendo que esse valor vem exclusivamente da fonte 02, ou seja, verba federal; e não é destinada só ao Hospital de Parelheiros. Não há nenhum centavo do Tesouro Municipal. Faço uma pergunta: Isso não mostra desinteresse da Prefeitura em realmente construir esse hospital em Parelheiros? Volto a perguntar: Nós temos a convicção de que vamos receber esses recursos federais? Haja vista que, nesse ano, quase não foi realizado absolutamente nada.

Outra questão diz respeito ao analisar essa questão da planilha de acompanhamento e execução orçamentária, na posição do dia 14 de outubro. São mostradas as despesas da fonte do Tesouro Municipal, orçada em 24,6 bilhões de reais, que foram reforçadas e subiram para 25,99 bilhões de reais. A senhora poderia me explicar a razão desse reforço.

**A SRA. LEDA PAULANI(?)** – Nobre Vereador, reforço do quê?

**O SR. MILTON LEITE** – Eu também não entendi, nobre Vereador.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Eu vou explicar novamente. A planilha de acompanhamento da execução orçamentária mostra, na posição do dia 14 de outubro, as despesas da fonte do Tesouro Municipal. Orçada em 24,6 bilhões de reais, ela foi reforçada para 25,99 bilhões de reais. Houve um aumento. Eu gostaria de obter esclarecimentos com relação à razão desse reforço. A fonte 00, que é do município, foi subestimada em 2014. Por

que foi reforçada em dois bilhões de reais? Nessa mesma planilha, é possível verificar várias deduções de despesas vinculadas e definidas a outras fontes. Isso não fere a Responsabilidade Fiscal, que impede a movimentação e determina que os recursos legalmente vinculados, a finalidade específica, devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objetivo da vinculação?

Outra questão é referente aos valores mobiliários de 2014, que foram orçados em 419 milhões de reais. Até 9 de outubro, foram arrecadados 556 milhões de reais. Para V.Exas. terem ideia, essa arrecadação diz respeito à aplicação no mercado financeiro. De aplicação equivalente, dá seis a sete bilhões de aplicação, dinheiro da Prefeitura de São Paulo aplicado no mercado financeiro e não investido na cidade de São Paulo.

Para 2015, espera-se um aumento maior. No orçamento, prevê-se a arrecadação de 556 milhões de reais para 698 milhões de reais. Existe sobra para aplicar no mercado financeiro? Não seria razoável nós aplicarmos efetivamente nas necessidades da nossa Cidade?

Outra questão diz respeito ao programa de mobilidade urbana universal, que inclui a implantação e a requalificação de corredores, com proposta de 1,34 bilhão de reais e também a implantação de terminais, com proposta de 406 milhões de reais, dando um total de 1,44 bilhão de reais; passem, sem nenhum recurso, sem zero de centavo do Tesouro Municipal.

Porém, se nós observarmos o Plano Plurianual, aprovado no ano passado, no programa Melhoria da Mobilidade Urbana, estão registrados para 2015, 2,522 bilhões de reais, oriundos do Tesouro Municipal. Eu gostaria de entender para que serve o Plano Plurianual, que foi enviado, votado e discutido nesta Casa, porque não é obedecido pela Administração. Para onde foram esses recursos de 2,522 bilhões de reais, aprovados para a mobilidade urbana?

A outra pergunta é importante. É extremamente pertinente. Apesar da seca, existe o projeto de intervenção e controle de cheias em bacias e córregos, mais os projetos de obras

para o combate de enchentes e alargamentos, cujo orçamento totaliza 980 milhões de reais; sendo que o Tesouro participa com apenas, pasmem, quatro mil reais, ou seja, dois mil reais para cada programa. Isso é um absurdo.

Novamente se espera que a maioria desses recursos venha novamente do Governo Federal. Finalizando, há a questão da relação do IPTU, conforme a senhora anunciou e também o Sr. Secretário em audiência pública, na comissão. Se a Prefeitura tivesse, em caixa, aqueles 800 milhões de reais do IPTU que estão *sub judice*, seria possível alavancar os recursos federais em duas ou três vezes mais, ou seja, entre um bilhão e seiscentos a dois bilhões e 400; ou quatro bilhões de reais.

Eu acho que a Administração não está considerando que desses 800 milhões de reais, 31% têm que ser destinado à Educação. Isso é carimbado. Quinze por cento são para a Saúde. Treze por cento são para o pagamento da dívida. Três por cento são para pagamento de precatórios. Então, o saldo vai dar de 280 milhões de reais. Eu gostaria de entender o que vai ser feito com esse recurso, se for recebido. Não vai dar para aplicar e não vai dar para chegar a buscar recursos de quatro bilhões de reais a nível federal.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PAULO FIORILO (PT)** – Está desligado seu microfone.

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** - Eu teria de sair daqui às quinze para as cinco.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** – De amanhã. Quinze para as cinco está feito o acordo, Sra. Secretária. Quinze para as cinco são quinze para as cinco da manhã de amanhã, isso é antes das 7h. Nós concordamos com quinze para cinco.

Agora, dezesseis e quarenta e cinco, está prejudicada.

**O SR. PAULO FIORILO (PT)** – Estou consultando a Sra. Secretária, porque assim, claro, cada um tem ainda um monte de perguntas que serão dirigidas à Secretária de

Planejamento e outras ao Secretário de Finanças. Por isso que eu pergunto.

Agora, não sei se há flexibilidade no horário, pois, se não houver – não sei qual vai ser a posição da Mesa -, coloquei essa questão de ordem, antes de começar minhas perguntas até para poder saber se terei condições de ter as respostas ou não.

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** - Enfim, ainda pretendo ir ao compromisso que tenho, ainda que chegue bem atrasada.

Eu já me dispus a voltar aqui quantas vezes forem necessárias para responder todas as questões que me foram feitas.

Então é isso, enfim, estou à disposição.

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM)** – Vamos, então, otimizar as perguntas. Precisamos respeitar as pessoas presentes que precisa fazer as perguntas à Secretária que pode fazer uma concessão de tempo. Vou agilizar no Regimento aquilo que for possível, mas vou ouvir o povo.

**O SR. PAULO FIORILO (PT)** – Vou ser econômico, Secretária, até para poder contribuir com essa situação de tempo estabelecida, infelizmente, para a tarde de hoje.

Primeiro, saúdo a iniciativa da Secretaria de Planejamento de rever os recursos das Subprefeituras. Acho que uma decisão acertada, até porque, ao longo desses anos, temos sempre discutido a descentralização.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM)** – Vereador Paulo Fiorilo, sabe o que desisti e vou fazer? Vendo a situação dramática da Prefeitura.

Veja um deputado eleito, que tem uma verba federal de 15 milhões – e o estadual é mais ou menos seis – vou aportar dez milhões no M´Boi Mirim.

**O SR.**\_\_\_\_\_ - O Alexandre Leite?

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM)** – O Alexandre Leite vai votar, o que vou fazer?

O SR. \_\_\_\_\_ - Floriano Pesaro vai votar?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM) - Mas vou combinar isso com a Secretaria aqui. O dinheiro das emendas vou aportar tudo com a Prefeitura esse ano. Não tem outro recurso. Não adianta sonhar com dinheiro. Olha a execução, as dificuldades do Governo Federal.

Vou fazer isso, é uma sugestão só.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Vou acatar a decisão de V.Exa., mas não tenho um deputado para pedir ainda.

Bom, vamos continuar aqui, mais rápido.

- Manifestações concomitantes fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO (PT) – Então era essa a primeira observação e dizer que talvez pudéssemos, a partir desse ano - e para os próximos -, quem sabe, repensar um pouco essa discussão das Secretarias.

A segunda questão que gostaria a senhora comentasse diz respeito aos recursos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Há sempre aqui uma preocupação muito grande e acho que a senhora poderia aproveitar também para esclarecer como é que a Peça Orçamentária – para o ano que vem – foi elaborada a partir das demandas da Secretaria.

Três outras questões rápidas: a função Agricultura não aparece no Orçamento 2015, a senhora poderia explicar qual o motivo?; sobre a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que teve um Orçamento acrescido de 523,4%, se comparado com o anterior, gostaria que a senhora pudesse dizer o que levou a esse acréscimo; e, por fim, sobre os precatórios, no texto não há menção ao pagamento – sei que tem lá a dotação e a rubrica -, mas pergunto se não era o caso de fazer referência até por conta da mudança de alíquota.

As outras perguntas, faço ao Secretário de Finanças, ao final dessa conversa.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM) – Secretária, agrego só mais uma

pergunta às dos demais, e a senhora pode responder em conjunto.

Os 360 milhões do Fundo Municipal de Saneamento que foi aportado a maior como a antecipação de receita não foi executado em nenhum ano. Se faltar esse recurso, causa também mais um buraco no nosso Orçamento, Secretaria? Caso não o executarmos?

**A SRA. LEDA MARIA PAULANI** – Não entendi bem.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – DEM)** – O fundo, os 360 milhões previstos na Peça Orçamentária como antecipação de receitas dos recebíveis da Sabesp, quer dizer, estão na Peça, nós nunca executamos e eu tenho a convicção de que não serão executados em hipótese alguma, porque entendo que haja uma necessidade da anuência dos acionistas na Sabesp. Não vou anuir. Esse dia não vindo, aumenta o déficit.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Sim claro, aumenta a...

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Indago sobre uma possibilidade. V.Exa. deseja responder essa pergunta ou quer escutar todas para respondê-las em conjunto.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Prefiro responder a essa pergunta rapidamente, porque, de repente, posso responder algumas questões que venham da população.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Com a palavra a Sra. Leda Paulani.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Ao Vereador Milton Leite já havia respondido. Vereador Ricardo Nunes, com relação à questão do subsídio aos Transportes, temos um panorama ainda de incerteza. Estamos aguardando o resultado da auditoria, que foi contratada, por isso decidimos, simplesmente, manter, talvez com um pouquinho a mais, o valor que já existia no Orçamento de 2014.

Vereador Dalton Silvano, quanto à questão do cumprimento das metas, lembro que a Secretaria do Planejamento criou um sistema de monitoramento das metas, que é acessível pelo *site* planejasampa. Basta colocar no *Google* que ele leva lá rapidinho. Pode ser visto o andamento de cada projeto, meta a meta, inclusive com georreferenciamento, na sua Subprefeitura, basta inserir o CEP para entrar na sua região. Ali há, meta a meta. O programa



nasceu com 100 metas, depois, nas audiências públicas, esse programa foi revisto e foram incorporadas algumas sugestões. Dez mil sugestões foram sistematizadas e produziram esse programa com 123 metas.

Vereador Nomura, inicialmente o senhor perguntou por que insistimos na fonte 02 e de onde vem a esperança na recuperação das contas do Governo Federal. Já mencionei sobre isso. No ano passado, tivemos a dificuldade por não termos muitos dos recursos de contrapartida. Os recursos previstos, principalmente na área de investimentos, não vieram à proporção esperada, porque os recursos de investimento da fonte 00 ficaram muito reduzidos em função da não vinda da receita do IPTU.

Então, muitos recursos que dependiam de contrapartida acabaram não vindo. Por que insistimos nessa fonte para o próximo ano? Porque agora planejamos de uma forma a conseguir o recurso para contrapartida em vários casos, além disso, vários e vários projetos já estão contratados e a vinda do recurso é muito mais segura do que era antes.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Sra. Secretária, na realidade, quando falamos que a Prefeitura está esperando esses 800 milhões que estão *sub judice*, é bom lembrar que existem verbas carimbadas. Há 31% estão destinados à Educação, 15% à Saúde – verba carimbada -, 13% para pagamento da dívida, 3% para precatórios, se somarmos tudo isso, teremos 280 milhões para oferecer de contrapartida. Não há possibilidade de conseguirmos esse volume que a senhora está dizendo para o próximo ano, mesmo resolvendo o problema do IPTU. A contrapartida é ínfima.

- Manifestações simultâneas.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Por favor. As perguntas foram feitas e esse não será um debate *ad aeternum*. A Secretária vai manifestar, responder, concluir as demais perguntas, quiçá. Ela tem uma visão, ela esclarece, coloca o ponto de vista e cada um faz uma avaliação.

R – Só faria dois reparos nas suas colocações, que estão corretas teoricamente,

porém, na situação atual, a Prefeitura já está gastando mais de 32% das despesas com educação. Não seria necessário tirar desse recurso mais recursos para educação, mas mesmo assim vamos tirar porque nesses investimentos há investimentos em creches, que é recurso em educação. Os de saúde entram no percentual da saúde. Teríamos sim uma folga.

A questão principal é que agora já planejamos de uma forma de garantir os recursos da contrapartida necessária aos projetos assinados e os que serão assinados futuramente.

Para alavancar recursos para investimentos, temos várias fontes de investimentos, por exemplo, corredores, faixas e ciclovias, temos recursos do fundo municipal do trânsito, Fema, não são só do Tesouro Municipal e de 02.

No anexo sete, página 64, temos que o Hospital de Parelheiros tem 160 milhões consignados. Está previsto em 200 e poucos milhões o custo dele. É o somatório de todas as fontes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Foi publicado no Diário Oficial de ontem que o Hospital de Parelheiros, 145 milhões e 658 mil, então, é uma boa notícia.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – É do Tesouro Nacional esse recurso?

**A SRA. LEDA PAULANI** – No Hospital há recursos do Fundo Municipal de Saneamento por conta do programa mananciais também, tem várias fontes.

- Manifestações simultâneas.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Desculpe-me, na verdade, é recurso federal do programa de mananciais.

**O SR. AURÉLIO NOMURA** – Não é municipal?

**A SRA. LEDA PAULANI** – Tem uma parte que é municipal. Podemos passar a composição dessa receita ao senhor, Vereador.

Com relação à questão da mobilidade urbana que está no plano plurianual, o senhor disse que estava previsto 2,5 bilhões e na realidade só fizemos 1,4 bilhões. Isso foi de

investimento, nesses 2,5 que consta do plano anual tem todo o gasto de custeio que não está nesse valor de 1,4 bi, por isso que tem essa diferença. Com relação aos recursos de drenagem, o senhor disse que só tem 4 mil reais na 00, mas aqui sim temos recursos do fundo municipal de saneamento, do Fundurb e também do programa de mananciais, são várias fontes.

Vereador Fiorilo, com relação ao Orçamento da Secretaria Municipal de Assistência, temos a segurança de o Orçamento ter sido aprovado pelos Comas e portanto a comunidade como um todo, através do Comas, já julgou que é adequado o Orçamento da Secretaria de Assistência. A função agricultura mudou porque o Abaste que era o departamento que cuidava das feiras e mercados saiu da Secretaria de Subprefeituras e foi para a Secretaria do Trabalho por isso não apareceu dessa forma.

O crescimento do SMDU é por conta do percentual dos recursos de operação urbana que entram centralizamos os recursos em operações urbanas em SMDU para melhorar a execução que foi reclamada aqui com razão pelo Vereador Ricardo Nunes eu acho.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Boa tarde a todos e todas, que bom que mais um ano a gente está aqui discutindo o Orçamento de São Paulo essa peça que tomara que seja de verdade, pois chega de enganação. As pessoas votam aqui a LDO, PPA, Plano de Metas, LOA para não ser enganado e quem engana o povo tem de perder na eleição, como várias perderam com a graça de Deus, assim a população vai aprender a votar exercer melhor os seus direitos.

Vimos aqui com muita tristeza, a começar do método participativo dessa gestão Haddad, com todo o respeito, é muito ruim, aliás, é péssimo, ganharia nota zero porque uma comparação do relatório da própria Secretaria e que consta na Peça, em 2013, participaram das audiências públicas 3.304 pessoas em 31 audiências, pois Sapopemba era para fazer e não fizeram. Em 2014, as audiências de 30 de agosto e 6 de setembro passem participaram

em 32 reuniões, 2.280 pessoas, queda de 40% na participação da população na somatória das tais audiências públicas de Orçamento. Lembrando que no segundo ano do Orçamento participativo em 2002 esse sim verdadeiro e democrático gesto de participação, participaram 55 mil pessoas. Ou seja, 20 vezes mais pessoas, comparando os 2.280 que acabei de citar.

É lamentável como a gestão Haddad está excluindo a população mais carente desse método participativo, pois, por absurda falha. Estranho que não fazem audiências públicas nos distritos administrativos. São Paulo tem 96 distritos. Há distritos carentes, que jamais receberam qualquer reunião de orçamento, de PPA e de plano de metas. É absolutamente lamentável o que está acontecendo; e a gestão Haddad tem que vir aqui esclarecer por que não está fazendo a sua parte, prometida na campanha eleitoral. Os conselhos participativos não foram prometidos na campanha eleitoral. O que foi prometido foi o orçamento participativo, e não está sendo entregue. É lamentável esse absurdo. Fora isso, audiências públicas vão... Foram mostradas as de Vila Mariana. Foi mostrado o Centro Cultural São Paulo, que não pertence à Vila Mariana; pertence ao distrito Liberdade e Subprefeitura da Sé. Então, nem para darem dado correto e coerente...

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Estão sendo respeitados. Por fim, a pergunta é objetiva: Por que a verba do idoso não está sendo usada na Secretaria Municipal de Direitos Humanos? Vou dar um exemplo aqui. Abandonaram o plano de metas, aprovado, no ano passado, aqui. Vou provar por que disso. Para a universidade aberta da pessoa idosa, de 1917, zero de execução. Para a manutenção de funcionamento do grande Conselho Municipal do Idoso, zero executado. Para a campanha de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa, meta 69, zero executado. Quer dizer, abandonaram o plano de metas, especialmente na área do idoso. Portanto, infelizmente a tese volta à baila. O Sr. Fernando Haddad não gosta da população idosa na cidade de São Paulo. Eu gostaria de saber se a Câmara Municipal vai tomar alguma atitude sobre isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Padre Lédio.

**O SR. PADRE LÉDIO** – Srs. Vereadores, Srs. Secretários, o Fórum da Assistência Social vem, mais uma vez, aqui manifestar a sua preocupação com a peça orçamentária de 2015.

Sra. Secretária(?), V.Exa. colocou que a peça que veio para cá, na área de Assistência Social, foi pactuada com o Comas, mas todo ponto de vista é vista sob um ponto. Nós vemos da periferia da cidade de São Paulo, das regiões onde podemos consultar os vazios sociais dessa Cidade, principalmente as regiões de Parelheiros, Lajeado, Guaianazes, Jaçanã e Perus, que hoje praticamente está abandonada. Há também a região do Anhanguera, onde há um dos mais altos índices de violência contra crianças, adolescentes e jovens.

Nós podemos constatar que a peça que está vindo aqui mal recupera aquilo que era alocado para a Assistência Social há alguns anos. Isso é insuficiente, porque o que veio a mais praticamente está cobrindo aquilo que se refere à inflação que nós vamos ter no próximo ano. Ainda é insuficiente. Então, nós necessitamos retomar novamente a implantação de serviços sociais na cidade de São Paulo, principalmente nas regiões. Isso pode ser consultado no próprio *site* da Prefeitura Municipal. O observatório da Assistência Social construiu os vazios sociais. Nos últimos anos, principalmente nesses últimos dois anos, não foi implantado praticamente nenhum serviço da rede de proteção básico do Sistema Único da Assistência Social.

Nós vemos isso com preocupação, porque aquilo que está sendo proposto não nos garante a implantação de serviço de qualidade. Nos últimos anos, os trabalhadores da Assistência Social não tiveram nenhuma capacitação praticamente, a não ser de alguns serviços, e ainda com captação muito precária. Eles estão vivendo uma situação de muita fragilidade.

Já vai para o terceiro ano consecutivo que nós não temos a 13ª parcela, que serve

para o RH; também a complementação do 13º salário, as férias, as multas rescisórias, a manutenção e a reparação dos espaços físicos, onde os serviços da Assistência Social são prestados.

O fórum da Assistência Social vê que são necessários, pelo menos, 130 milhões de reais, para ampliação da rede de serviço nas áreas onde há maior vulnerabilidade social na nossa Cidade; e 70 milhões, para que finalmente possamos entrar dentro daquilo que é a normalidade, a concessão da verba adicional, que, nesses dois anos do Governo Haddad e no último ano do Governo Kassab, não mais foi concedida para as organizações sociais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique.

**O SR. CARLOS HENRIQUE** – Boa tarde a todos. Eu vim reforçar a questão da área da Assistência Social, na realidade, tratando-se da questão da proteção especial. Não foi ampliada nenhuma rede de serviços que foi prometido pelo nosso Prefeito, a ampliação na rede, para atender à demanda da população de rua. Não foi concluída essa questão e a dotação orçamentária de 2015 também não fala sobre isso. Não foi colocada a ampliação do serviços e a qualidade do serviço. O serviço atualmente está sucateado na cidade de São Paulo.

Todos nós sabemos que a área social, principalmente se tratando da população de rua, na maior Cidade do Brasil que nós temos, no orçamento maior do Brasil, há um problema social que não é resolvido. Como que a gente pode ver essa questão do aumento do recurso para tratar dessa questão social, ou nós vamos ratear, mais um ano, empurrando com a barriga? Ultimamente a Prefeitura só tem feito isso.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Natanael.

**O SR. NATANAEL** – Boa tarde a todos. Também sou do Fórum da Assistência Social. No orçamento apresentado em 2013 para 2014, houve um corte de quase 15% do orçamento. Então, para a Assistência, a gente conseguiu, na Câmara Municipal, a reposição de

80 milhões de reais para 2014. Então, quanto à ampliação do serviço para 2014, não houve ampliação de serviço na rede.

Em 2015, houve esse pacto com o conselho municipal para a manutenção do que já é existente. Não vai existir a ampliação do serviço em 2015. Não houve em 2014 e também não vai haver em 2015. Então, só reforço a proposta do Fórum da Assistência Social. Seriam 130 milhões de reais para o fundo municipal da Assistência Social e 70 milhões de reais para a manutenção dos serviços já existentes.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Ricardo Lima.

**O SR. RICARDO LIMA** – Boa tarde a todos. Também sou do Fórum da Assistência Social da cidade de São Paulo. Como trabalhador da Assistência Social, vou falar de dados empíricos. É possível qualquer Vereador que andar pela cidade de São Paulo verificar isso a olho nu. No ano passado, antes do corte do orçamento, de 14%, o conselho municipal da Assistência Social junto com o Fórum de Assistência Social realizaram diversas audiências públicas com a população em situação de rua. Apontaram que os serviços de acolhimento estavam precarizados. Imaginem se forem fazer as mesmas audiências públicas com o mesmo número de pessoas hoje, após o corte de 14% do orçamento da Assistência Social. Por que esse serviço é precarizado? Porque o nosso RH é mínimo. Os nossos trabalhadores não conseguem, com esse RH mínimo, fazer a função do trabalho sócio-educativo.

Então, sofre o usuário que está na ponta e sofre o trabalhador que também está na ponta da execução do serviço. Só que esse trabalhador está via organização social. Só que, na frente, ele representa o Poder Público, dando assistência social na frente, só que o mínimo dos direitos dos trabalhadores não são contemplados no orçamento. O trabalhador recebe uma condução para trabalhar. Tem o bilhete único? Tem. E se ele pegar o metrô? Isso não é contemplado no orçamento do trabalhador. O orçamento não contempla a alimentação, e, muitas vezes, esse trabalhador, trabalha doze horas num serviço. O RH é mínimo, a garantia de direitos é negada, e o orçamento continua. Aí a gente vai reproduzir isso. Os dados da

Secretaria Municipal de Assistência Social dizem que há nove mil vagas em serviços de acolhimento e quinze mil pessoas em situação de rua; só que se andarmos pela Cidade, veremos, a olho num, quanto essa população cresceu. Existem, segundo os movimentos sociais, 20 mil pessoas em situação de rua. Então, há duas pessoas em situação de rua para cada vaga existente no sistema. Dá para ficar sem ampliar? Gostaria de saber se dá para executar um serviço público com dignidade, para a pessoa humana e o trabalhador dessa forma.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Dorbeto Carvalho.

**O SR. DORBETO CARVALHO** – Sou da Cooperativa Paulista de Teatro. Eu vou poupar os presentes de toda a reflexão que a gente faz sobre arte, cultura, aproximação com a Educação e o que isso representa na formação do pensamento crítico, todo esse discurso que, ano após ano, a gente vem fazendo na Câmara Municipal.

Então, eu só vou me deter a duas perguntas. Considerando que vários Vereadores presentes e outros não presentes sempre se comprometeram a chegar a 2% para a Cultura no final da gestão Haddad, considerando que o ano que vem é o terceiro da gestão e que o próprio Prefeito Fernando Haddad tem dado declarações públicas de que pretende chegar a 2% do orçamento para a Cultura, a partir da conta 00, até o final da sua gestão, eu pergunto para a Sra. Secretária: O que representa, de evolução no orçamento para a Cultura, com o percentual, a partir da conta 00? Segundo a proposta do Sr. Fernando Haddad, estão arrumando 2% para a Cultura até o final da gestão.

Segundo, no ano passado, um projeto da Casa aprovou o Prêmio José Renato de Teatro, que surgiu inicialmente com doze milhões de reais. Depois foi para sete milhões de reais. Depois a gente teve um problema com a previsão orçamentária a partir do IPTU; e ele saiu com quatro milhões de reais. Então, eu pergunto para a Sra. Secretária: Quanto é o orçamento, quanto está previsto para o Prêmio José Renato de Teatro para o ano que vem, sendo que inicialmente estavam previstos 12 milhões de reais e ele saiu com quatro milhões de



reais?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra a Sra. Maria Luiza Leite.

**A SRA. MARIA LUIZA LEITE** – Boa tarde a todos. Eu sou conselheira de Administração na CET, eleita pelos empregados. A gente tem um pleito na CET. Inclusive eu estou com um *bottom* aqui da nossa campanha: “Sem concurso não dá. Concurso já”. A CET é uma atriz. Nós somos agentes da mobilidade, e a mobilidade urbana é um dos fatores piores das crises urbanas nos grandes centros.

Eu represento aqui não só os trabalhadores, mas a necessidade de todos os trabalhadores da Cidade, em obterem a mobilidade tão desejada, para poderem trabalhar no seu dia a dia. Porém, como representante dos trabalhadores, eu tenho que pleitear o básico: recursos humanos para essa empresa que é atriz nesse setor. Ultimamente, o Sr. Prefeito colocou a Guarda Civil Metropolitana, para que fosse dado esse auxílio; porém dizer que a CET só fiscaliza, para não dizer coisa pior, porque parece que todo mundo odeia a CET, principalmente os infratores, digo que nós temos, na fiscalização, uma pequena parte da grande atividade da nossa grande intervenção na Cidade, quer seja do planejamento urbano, de projetos, de Educação. A operação precisa ser entendida não só como a fiscalização; a operação do trânsito é muito mais do que a fiscalização, é atuar diretamente com medidas de engenharia, sinalização e a própria operacionalização do trânsito, para que a gente consiga transitar melhor, se mobilizar melhor na Cidade.

Então, o nosso pleito continua. Nós endereçamos isso para o Sr. Secretário Municipal de Transportes e para o Sr. Secretário de Governo. Gostaria, Sra. Secretária, gostaria de estar endereçando a V.Exa. também em Sempla. Nós queremos o diálogo e o apoio do Governo nessa luta, para conquistar o concurso público na CET urgente. Ele não é uma necessidade de agora. Há dez anos, nós precisamos recuperar essa empresa para a Cidade.

Em Tóquio, há 13 mil agentes. Esse número a gente almeja não é de hoje na cidade de São Paulo. Existe uma verba que está congelada para cerca de 600 vagas para um concurso externo. É muito pouco esse número. Então, fica aqui o nosso pleito. Nós temos um abaixo-assinado para encaminhar para todos. Eu faço questão de que ele seja encaminhado para a Sempla também.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Registro a presença do Vereador Edilson Dias, da Câmara Municipal de Guarujá, assistindo à audiência pública que está tratando da peça orçamentária de 2015.

Tem a palavra o Sr. Rubens Casado.

**O SR. RUBENS CASADO** – Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Secretários e amigos presentes. Eu sou Presidente do Grande Conselho Municipal do Idoso. Agradeço o Sr. Fábio pela nossa defesa; e pelo que está falando sobre o idoso, estou assinando embaixo.

Vou fazer duas colocações rápidas. Se nós pegarmos a faixa etária de 80 a 89 anos, veremos que ela está aumentando na faixa de 75%, na população idosa. Se nós pegarmos a faixa de 90 anos para cima, 85%. Nós vamos ter duas situações. Na primeira faixa de 80 a 89 anos, vamos dizer que nós daríamos atenção ao Centro Dia. Ele não está contemplado na peça orçamentária. Eu posso estar enganado. Eu não vi o Centro Dia contemplado.

Quanto à meta do Sr. Prefeito, se foi contemplado, S.Exa. prevê 15%. Está terminando o mandato. Onde S.Exa. vai ter quinze Centros Dia? O outro item é numa faixa acima. No Centro Dia, os idosos têm capacidade leve. No outro caso, há as instituições de longa permanência, para pessoas de 90 anos para cima. Há uma indicação de 12.894.388 reais, só que, da forma como está colocado, no orçamento, é uma colocação muito vaga. O Sr. Prefeito prometeu, na meta, construir, no mínimo, cinco. Nós não conseguimos identificar

nenhum trabalho e nenhuma unidade por enquanto.

Na peça orçamentária efetivamente, quantos Centros Dia e LPIs(?) estão previstos para o próximo orçamento?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. José Garcia de Souza.

**O SR. JOSÉ GARCIA DE SOUZA** – Boa tarde a todos. Eu sou do Conselho Participativo Municipal. Eu represento a região de Pirituba-Jaraguá. O Sr. Fábio falou algumas coisas que eu não concordo, mas democracia é isso: A gente não concorda, mas a gente participa. Então, eu ressalto aqui o trabalho da Sempla, por meio da Cristina, que levou as discussões e as audiências públicas sim para a nossa periferia. Se formos elencar aqui todas as necessidades e tudo aquilo que falta para que nós consigamos ter uma periferia um pouco mais justa, seriam muitas coisas. Eu quero mover o pensamento e a minha pergunta no seguinte: Se nós formos olhar no orçamento da cidade de São Paulo e no plano de metas para 2015, vamos verificar que, quanto ao esporte, quem for aos CDCs da periferia - alguns da zona Norte e da zona Oeste, que eu conheço - eles estão abandonados. Se V.Exas. verificarem como está a Cultura, nós não temos investimento nenhum; ou se tivermos, é irrisório.

Quanto à questão do Lazer, por que nós vemos na nossa periferia - nós, que somos líderes comunitários - a violência aumentar a cada dia? A gente vê lá o traficante chamando os nossos adolescentes e jovens. Ele está chegando até eles, porque nós não damos oportunidade de lazer para a criança e o adolescente.

Então, o que acontece? Quanto à segurança, nem se fala. Se nós pegarmos os índices de criminalidade da zona periférica, no fundo de Perus, na Parada de Taipas, Anhanguera e tudo mais, eles subiram assustadoramente. Existe um absurdo tamanho na Segurança Pública. Falo de alguns distritos que fecham no final de semana. Eu sou da região de Taipas. A 74 lá não funciona, têm que mandar para a 72.

Então, eu gostaria de passar para a Sra. Secretária e para o Sr. Secretário de

Finanças qual é a possibilidade. Nós encaminhamos algumas propostas para que isso fosse agregado ao orçamento para 2015. Acho que aumentou 20. Isso é irrisório. Eu acho que se formos falar sobre todos os conselhos participativos municipais, nós devemos ser mandados(?) mais de dez mil, e aumentaram só 20. A minha preocupação é: Qual é a possibilidade de, nesse orçamento de 2015, ainda nós contemplarmos essas questões cruciais, como Segurança, Esporte, Lazer e Cultura? Quanto à Saúde, não vou falar, porque já foi defendida aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

**O SR. LAERTE BRASIL** – Sou Presidente da União Global Seguro dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis do Brasil, que é a Unibrasil, Trabalho e Empreendedorismo. Por meio das bases dessa central, cumprimentamos a Sra. Secretária Leda Paulani, o Sr. Secretário Municipal de Finanças, os Srs. Vereadores e todos os senhores reunidos, para debater a peça orçamentária de investimentos de políticas públicas da sociedade paulistana em 2015.

Nós tivemos atuação em 61 audiências públicas do PDE, inclusive das 32 audiências públicas do plano de metas e outras audiências. Vou me ater à dívida da cidade de São Paulo, de 51 bilhões de reais, e todas as cidades(?). No GT, quando o Sr. Lula era candidato à Presidência da República, eu idealizei a (inaudível) do Ministério das Cidades, com a objetividade de investimentos de políticas públicas para as cidades do País. Nós investigamos essa dívida estrondosa. No Governo Pitta, era de 12 bilhões de reais, e ele aumentou para quase 50 bilhões de reais; e 68% dessa dívida, o dinheiro foi roubado do povo paulistano e estão em paraísos fiscais.

A nossa tese aqui, Sra. Secretária, é que o povo, cada cidadão já nasce devendo na cidade de São Paulo. A nossa tese aqui é que o Sr. Prefeito Fernando Haddad peça uma moratória dessa dívida, porque só os juros, que chegam a quase dez milhões de reais anuais, dariam para investir em políticas públicas na cidade de São Paulo. O Governo Federal perdoou

esse dívida. Coloquem a Polícia Federal e o Ministério Público no calcanhar desses ladrões, para tentar rever o dinheiro que foi desviado da Cidade por empréstimos e isso possa ser recuperado por meio de investigações da Polícia Federal e do Ministério Público. Digo isso porque os munícipes não merecem isso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Tem a palavra o Sr. Wesley Alves.

**O SR. WESLEY ALVES** – Boa tarde a todos. Com o meu respeito, cumprimento a Mesa. Primeiro, faço aqui o meu protesto quanto à organização desse evento. Faço parte do conselho participativo municipal. Eu recebi um convite para participar dessa audiência, com e-mail da Secretaria de Relações Governamentais, faltando três dias para o acontecimento dessa audiência, com o horário previsto para as 10h da manhã no dia de hoje. Estou aqui com esse documento em mãos. Também faço um protesto em relação ao horário e outro em relação à questão da disponibilidade do documento que vem discutir o orçamento, o qual nós não tivemos acesso. Disponibilizaram lá a folha da lei, a lei propriamente dita, mas não esse plano executivo, a proposta orçamentária propriamente dita, onde serão aplicados os recursos. Então, eu me sinto sem condições de discutir, porque não tenho informação(?).

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Um ponto que V.Sa. está colocando cabe um reparo. O orçamento, a peça está na íntegra, no *site*. Ele está publicado, como todas as tabelas. Assiste razão na alteração do horário, mas a peça orçamentária está publicada. Haverá outro orçamento. Aqui faço um convite a V.Sa., para que tenha tempo de ler. Poderá haver outra audiência. Assiste razão na alteração do horário de hoje.

**O SR. WESLEY ALVES** – Eu estou com a agenda em mãos. Uma observação que V.Exa. não fez é que eu só recebi essa informação faltando três dias. Quem dirá essa outra, que V.Exa. diz que está disponível. Não é do meu conhecimento. É do meu conhecimento esse documento que veio aqui para mim, como conselheiro participativo. Eu participo de todas as reuniões do conselho, como também da escola que estão oferecendo.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – É também de ofício e também cumprindo a determinação legal do Sr. Prefeito, do portal de transparência, que têm de publicar, de imediato, a peça orçamentária. Eu estou dando uma instrução para todos. Ela chega em 30 de setembro em todos os anos, até às 19h. Em 30 de setembro do ano que vem, tem que estar a peça orçamentária aqui. Imediatamente, ela é publicada no *site* da Prefeitura. Até para orientação dos senhores, digo que a Prefeitura tem tomado sim essa atitude, dando publicidade. Eu esclareço, Não há nenhum problema porque tomou algum tempo, aí a informação ajuda e contribui para que o senhor possa se pautar para as próximas reuniões. Mas não é esse, todos os anos, a Prefeitura nunca deixou de cumprir os prazos por lei. Ela entrega até o dia 30 e no dia primeiro está publicado, quando ela não publica no próprio dia 30 ou 29. Então, há o limite do dia 30 de setembro de todos os anos para dar publicidade à peça Orçamentária. Se a Prefeitura não der, esta Casa dá. Pode encontrar no *site* da Prefeitura ou da Câmara Municipal, porque damos publicidade imediatamente quando chega.

Era para isso que quis interromper. Podem concluir vossas falas. Fica o convite para participar das próximas reuniões.

**O SR. WESLEY ALVES** - Na recepção desta Casa, nem sequer havia conhecimento desta audiência. Cheguei aqui às nove horas e procurei a recepção. Eles nem sabiam desta audiência. Tive que subir ao 8º andar, no Cerimonial, para tomar informação desta audiência e depois tive que descer para o 2º andar.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Aqueles que desejarem ter informação de todas as audiências públicas, podem solicitar à Assessoria da Comissão de Finanças desta Casa, pois é a Secretaria que nos dá assistência. Esta é a Comissão de Finanças, a Secretaria que dá a assistência é a Secretaria da Comissão de Finanças, que está à disposição. Vamos ajudando para que o serviço possa ser aperfeiçoado, não apenas para esta reunião como para as outras também.

Está bom? As questões que o senhor tiver condições de formular, por não ter visto

a peça, como o senhor alega, mas o que puder e, para a próxima, queremos que leia e participe.

**O SR. WESLEY ALVES** - Correto. Independente de não ter a peça em mãos, farei duas perguntas. Uma é em relação à questão das Subprefeituras, porque foi discutida uma descentralização. Essa foi a proposta da Subprefeitura, conforme o nobre Vereador Dalton Silvano citou. Recebi a informação de que foi reduzido em 6% do investimento relacionado às Subprefeituras, ou seja, não houve de fato um maior investimento, do contrário, houve uma redução.

Gostaria de saber qual a tratativa e se esta Casa de Leis, por meio de seus Vereadores, tem como dentro desse processo de discussão, porque quem aprova são eles, colocar como prioridade a questão das Subprefeituras que vai administrar os territórios e onde o serviço será prestado diretamente para o usuário. Essa observação é muito importante e sequer a vi na peça orçamentária, quando vi no *slide*. Não consegui visualizar essa questão das Subprefeituras.

Outra pergunta é referente à questão da efetividade. Não sou técnico, faço essa pergunta na qualidade de munícipe, gostaria de saber efetivamente quando se fala em execução na obra de urbanização de favelas, existe o orçamento previsto porque vi no *slide*. Onde isso vai acontecer? Onde está prevista essa obra?

Gostaria de ser contemplado nessas questões.

Está ok? Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Com a palavra a Sra. Secretária para responder as questões formuladas. Por favor.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Se a senhora está inscrita, tenha a palavra. Não está na minha lista, mas estou lhe cedendo a palavra.

**A SRA. NEIDE** – Cumprimento todos da Mesa, os Srs. Vereadores, a Sra.

Secretária e todos os presentes. Faço parte do Conselho Municipal do Idoso e minha preocupação é a seguinte: no Plano Diretor Estratégico, foi aprovada a implantação de oito novas Unidades de Referência à Saúde do Idoso, as URSIs e com relação às entregas físicas, a implantação de três URSIs no projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 2015.

Um detalhe com referência à importância. Foi estimado um valor 3,2 milhões e acredito que seja para implantação dessas três URSIs e no orçamento aprovado na SMADS, no código 3.368, existe um valor de 500 mil reais. Existe uma discrepância, no valor. Gostaria de saber da Secretária, se realmente já está incluído no orçamento para 2015, essas três URSIs, o valor e como será? E com referência as oito, quando serão implantadas também, o restante.

**A SRA. LEDA PAULANI** – Com relação a questão da verba do idoso, é executada por várias secretarias: Saúde, Assistência Social. Os Centros Dia, só podem ser instalados, associados a URSIs – Unidade de Referência em Saúde do Idoso. Existem quatro URSIs previstas; Campo Limpo, Itaim Paulista, Pirituba e Vila Prudente. Onze Centros Dia previsto: Cidade Ademar, Raposo Tavares, Capão Redondo, Brasilândia, Lageado, Itaim Paulista, Jardim Ângela e São Mateus. Isso está previsto na Peça Orçamentária, com isso respondo a questão da senhora.

Padre Lédio, a questão dos recursos da Assistência Social, temos um Orçamento para esse ano, 2015, previsto de 1,1 bilhão. O que representa o crescimento de 9% em ao que se espera gastar neste ano. Foi um esforço a várias outras áreas que não tem esse crescimento. Esforço de contemplar mais a Assistência Social. O COMAS, reconheceu esse esforço e por isso aprovou o Orçamento. Sabemos que e pouco principalmente em função das múltiplas necessidades de uma cidade como São Paulo, porém, nosso sapato 33, para calçar um pé – 44. Não tem como. Brinco com os Secretários, que todos veem reclamar para mim, a respeito de orçamento, evidentemente, eu só ouço reclamação o tempo todo e brinco com meus colegas que faz parte do meu ofício. Nosso papel é uma incógnita, ninguém fica feliz com



a gente. Temos de cortar o que todos querem, para fazer fechar a Peça Orçamentária, senão não conseguimos entregar, cumprir a lei, etc...É isso que posso responder. Os recursos não são suficientes.

A questão das demandas de população de rua, são várias ações. Uma política transversal, e principalmente o programa braços abertos, tem recursos espalhados em várias secretarias. É difícil, agora, fazer uma somatória disso, mas lembraria do centro de acolhimento na Av. Zaki Narchi, que acabou de ser inaugurada com uma proposta nova para população de rua. Um Centro Grande, em que acreditamos que vá melhorar um pouco a situação dessa população. Essa foi a pergunta do Carlos Henrique.

Natanael, referente à questão da assistência Social. Acredito que já respondi, assim, como também ao Ricardo Lima. Não houve um corte de 14%, houve, na realidade um esforço de crescimento de 9% em relação ao projetado para ser executado nesse ano de 2014. Com relação à Cultura. Esse ano previsto, dos recursos do Tesouro, do 00, nós tenhamos um percentual de 1,64, mais do que foi no ano passado, de 1,51. O crescimento da Cultura é de 24% no Orçamento, deste ano, em relação ao ano passado. Então estamos na direção de cumprir aquilo que foi acordado pelo Prefeito, com relação aos recursos da Cultura.

Com relação ao Prêmio Zé Renato, especificamente, neste ano, de fato, são 4 milhões, no ano que vem vai depender um pouco de como a própria Secretaria de Cultura distribui as suas verbas de fomento, entre as suas diversas áreas, para saber qual seria o valor desse recurso.

Sobre a questão da Maria Luiza Leite, reconhecemos a demanda, está em estudo, e a gente deverá ter uma definição proximamente. A questão é do concurso da CET.

O Rubens Casado falou do idoso, eu já respondi.

Estão sendo repensados o uso dos CDCs, o conselheiro participativo José Garcia tocou nessa questão, em muitos casos o seu uso será renovado para que a gente possa aproveitar esse parque de equipamentos públicos que se tem.

Com relação à dívida, Laerte, se a gente pudesse pedir moratória, se o Governo Federal nos atendesse, nós já teríamos pedido, com certeza. Porque pagar 4,5 bilhões de juros, todo ano, dói no nosso coração de tanta coisa que se poderia fazer com esse recurso. Estamos numa luta para a aprovação de um PL, no Senado, que muda o indexador da dívida e que vai reduzir muito esse estoque da dívida, vai abrir um espaço para a gente fazer investimentos. Mas, enfim, ainda não conseguimos, já passou em várias instâncias no Congresso e ainda faltam um ou dois passos para ser aprovado.

Com relação ao que o Wesley falou, eu queria informar que estamos com um projeto, que vai no sentido do que você falou, de ter acesso às informações. Um projeto que estamos desenvolvendo com a Escola do Parlamento, aqui da Câmara, do Orçamento Cidadão. Nós vamos ter uma cartilha do Orçamento Cidadão, informações acessíveis a qualquer público nos boletos do IPTU. São várias iniciativas que estão sendo tomadas para fazer com que o acesso às informações do Orçamento deixe de ter uma questão técnica, que só alguns iluminados conseguem entender, mas que a população possa, de fato, ter acesso e poder opinar e formar a sua opinião, sugerindo e interferindo. Quero aproveitar a sua fala para dar essa informação. Acho que é isso, se esqueci algo me perdoem.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Neste momento, em nome da Comissão dos Vereadores, estou liberando a senhora, agradecendo, certo de que a senhora será recepcionada por nós em outra audiência. Permanece a audiência, agradeço a sua presença.

Vamos ouvir o Paulo, a respeito do PPI. O relator quer falar com V.Exa.

Estão suspensos os trabalhos por um minuto.

- Suspensos os trabalhos são reabertos pelo Sr. Milton Leite.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** - Reaberta a sessão, tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes para as indagações com relação ao Sr. Paulo, Secretário Adjunto de Finanças, que hoje representa a Secretaria de Finanças, assunto é PPI.

**O SR. RICARDO NUNES** - Obrigado, Presidente. Dr. Paulo, até por conta que

temos na pauta da Câmara Municipal a votação do PPI, aqui na Peça, temos lá – como eu havia falado com o senhor em receitas correntes PPI 481 milhões proposta para 2015, depois aparece receita de capital a cessão de direitos com 500 milhões. Estamos em dúvida do que é proveniente do PPI de 2011, que está agora em 2015, e o que é proveniente desse valor e o que vamos votar na Casa e qual a diferença daquilo que é direito creditório. Se o senhor puder explicar sobre isso.

R – São duas coisas diferentes. A primeira é a receita que vamos receber com os parcelamentos, então, as pessoas irão aderir aos parcelamentos, provavelmente, elas vão sair da dívida ativa, enfim, de algumas outras situações e vão aderir ao parcelamento. Essa receita está incluída dentro desses 481 milhões para 2015.

A outra receita, que é a de capital, como cessão de créditos do PPI, é uma intenção de uma realização de uma operação de cessão de créditos na mesma linha do que foi realizado pelo estado de São Paulo há alguns e que está sendo reestruturado novamente agora e aconteceu em Minas e diversos outros entes da Federação. Essa receita é cessão do PPI dos créditos, então, quando você faz o PPI você constitui uma carteira de recebíveis e essa carteira pode ser cedida. Não sei se eu expliquei bem.

P – Tanto é que nós temos (palavras inaudíveis) para fazer isso. Temos 500 milhões de cessão de direitos creditórios e temos lá 481 milhões que estão nas receitas correntes, 981 milhões. Esse valor é o que está previsto de arrecadar com relação ao PPI que estamos votando agora na Casa?

R – Não, porque os 481 não são apenas esse PPI, os 481 é um novo PPI que estamos votando esse ano, mais as prestações que estão sendo pagas dos PPIs anteriores. A cessão da carteira de PPI é a mesma coisa, essa carteira é composta dos recebíveis dos PPIs antigos e vai ser composta também com os créditos desse PPI que vai sair agora. Então são as duas coisas.

A gente poderia fazer uma operação de cessão de crédito de uma carteira do PPI

que temos hoje, só que seria uma arrecadação muito menor.

**O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo)** – O número que foi informado à Câmara Municipal do PPI deve ser para dois...aqui há uma questão que o PPI foi enviado, mas não foi aprovado, portanto, ainda tem um trâmite e não é possível saber se vocês conseguem implementar ainda esse ano, a partir de quando e quanto vão arrecadar esse ano. Já entendi isso. O Secretário informou que a perspectiva é de 218 milhões 868 mil e 561 reais e um centavo.

R – De 2014?

P – Estou deduzindo que seria isso. Portanto, teríamos 218 milhões, mais a parte daquelas parcelas que estariam sendo pagas em 2014 para chegar aos 418. É isso? Em relação a 2015.

R – Exatamente isso. É muito incerto você vai ver quando as pessoas vão aderir a esse novo (palavra ininteligível).

P – Você está fazendo uma estimativa possivelmente daquilo que foi feito anteriormente. A segunda dúvida diz respeito à cessão. Essa é uma discussão que a Secretaria está fazendo, de fazer a cessão?

R – Sim, sempre, desde 2013.

P – Mas não houve nenhuma cessão. Essa seria a primeira?

R – Essa seria a primeira cessão.

P – Ela teria a necessidade de uma autorização, ou não?

R – Já existe uma autorização legislativa prevista na lei que criou a SP-SEC (?) e essa autorização legislativa que está sendo atualizada agora também no capítulo do PPI.

P – A expectativa dos 500 milhões, vocês estão trabalhando a partir de quais parâmetros? De experiência de outros estados, de outros municípios?

**O SR. ANTONIO PAULO** – Sim. Tive experiência de outras operações que foram realizadas e do nosso ativo porque o ativo não é apenas o que a gente vai receber em 2015.

**O SR. PAULO FIORILO** – O ativo é de quanto hoje?

**O SR. ANTONIO PAULO** – O ativo é aquele fluxo, enfim, passa de 2 bilhões de reais em valor de face.

**O SR. PAULO FIORILO** – 2 bi.

**O SR. ANTONIO PAULO** – Em valor de face. Eu não me recordo exatamente de cabeça, mas a grandeza é essa.

**O SR. PAULO FIORILO** – Em que estágio o processo de cessão está hoje?

R – A gente aguarda a aprovação dessa lei, dessa nova lei do PPI, e o estágio hoje é de estudos jurídicos. Nós estamos estudando, basicamente, dois a três modelos que foram adotados no Brasil para esse tipo de operação. Então, nós estamos estudando os modelos, vendo qual modelo é mais adequado à situação do Município de São Paulo, que provavelmente não é o mesmo que foi adotado pelo Estado de São Paulo.

P – A contratação deve se dar a partir de qual modelo? Não o modelo, mas a contratação.

R – De uma instituição financeira?

P – É. Qual é a modalidade?

R – O veículo para essa operação era a SPSEC e vamos utilizar a SPDA porque a gente entende que é melhor que se utilize uma única empresa. Não precisa de duas.

Com relação à contratação, a gente, a época, quer dizer, quando estivermos preparados, a gente precisa, até por determinação da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central, que uma instituição financeira faça a estruturação da operação.

Então, vai ser feita a época uma chamada, uma licitação, seja lá qual vai ser o modelo.

P – Para dar um tratamento público para todas as instituições que tenham interesse em participar dessa cessão de crédito.

R – Claro, com certeza.

P – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – No início do ano, debatíamos a respeito dos recursos da Sabesp, da antecipação dos recebíveis. E V.Exa. falou que tinha esperança de que sairia.

**O SR. ANTONIO PAULO** – Ainda tenho, Sr. Vereador.

Aliás, eu tenho convicção de que essa operação acontecerá.

P – Em que ano?

R – Eu torço para que aconteça este ano. Enfim, se não acontecer este ano, no começo do ano que vem. Mas eu torço para que aconteça este ano ainda. No começo de janeiro, nós entramos com um pedido de registro da operação na CVM. Então, estamos seguindo aquele período de silêncio, até posso falar algumas coisas, mas não posso dar detalhes da operação por conta da regulamentação da CVM.

P – Alguma coisa o senhor pode falar. O que o senhor não puder falar no microfone para não tornar público, para o poder fiscalizador, o senhor sempre tem de declinar.

R – Sim.

P – Não é possível o senhor dar um passo sem que informe o poder fiscalizador.

Você pode informar por escrito para nós e manter sob sigilo que será mantido. Isso o senhor não pode fazer.

R – Claro.

P – Não é o caso porque não demanda isso neste momento. Eu só cobro de V.Exa. que eu não vejo esse dinheiro entrar. E posso argumentar que podem acontecer alguns problemas – baixa ou aumento das receitas, dos recebíveis, o que não seria mensurável sem saber a natureza da crise ou tipicidade. Hoje, parece que alguém praguejou. A crise da água veio, a conta abaixou, o volume de arrecadação caiu e estamos aqui. Por isso que digo que a Sabesp não pode fazer isso. No orçamento temos 360 milhões para 2015. Estava em 2014. Estará em 2016.

Boa tarde, Secretário.

R – Se Deus quiser, será resolvido no final deste ano.

P – Eu quero agradecer o Secretário Paulo pela paciência, pela gentileza. V.Exa. foi muito cortes com todos nós. Seja bem-vindo. Agradeço a presença do relator Ricardo Nunes, do Vereador Paulo Fiorilo, toda assessoria e aos senhores e senhoras que estão presentes.

**O SR. RICARDO NUNES** – Antes de terminar, Sr. Presidente, gostaria de sugerir o convite para virem segunda-feira para discutir a saúde, às 10h.

**O SR. PRESIDENTE (Milton Leite)** – Está feito o convite para segunda-feira, uma audiência pública presidida pelo Vereador Ricardo Nunes, da Saúde.

Tenham uma boa tarde.

Está encerrada a primeira audiência pública obrigatória do orçamento de 2015.

---